

PADRÕES REGIONAIS DA DESPESA PÚBLICA MUNICIPAL NO BRASIL**Constantino Cronemberger Mendes**

Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea. *Visiting scholar* na Universidade da Califórnia, Berkeley, nos Estados Unidos. Doutor em Economia pela Universidade de Brasília (UnB).

Neste estudo, privilegia-se uma análise do gasto público, haja vista que são analisadas várias dimensões ou escalas da despesa pública e como elas estão associadas diretamente a uma *proxy* de custo social como estimativa da “eficiência” federativa na provisão de bens e serviços públicos no atendimento a demandas socioeconômicas heterogêneas e desiguais no território. O objetivo deste estudo é, portanto, analisar o gasto público em várias escalas territoriais e propor mecanismos que permitam arranjos federativos capazes de prover bens e serviços públicos para o desenvolvimento regional no país.

O estudo considera, primeiramente, que existem conceitos teóricos que possibilitam conciliar os temas federativos e territoriais, áreas geralmente tratadas na economia em disciplinas estanques: setor público (federalismo fiscal) e desenvolvimento regional (geografia econômica). Bens públicos, externalidades espaciais, economias de escala e de aglomeração são considerados conceitos essenciais para uma análise integrada entre federalismo e território. Ao mesmo tempo, as falhas de mercado privado advindas desse conjunto conceitual impõem a necessidade de rever a forma como a ação pública dentro de um sistema federativo ocorre no território.

As evidências empíricas analisadas no estudo reforçam a ideia da existência de um padrão da ação pública (gastos públicos municipais) na provisão de bens e serviços públicos locais que se contrapõe, não necessariamente de forma virtuosa, a um padrão de desigualdade regional no país. O fato contrasta com as preocupações sobre as desigualdades socioeconômicas e o desenvolvimento regional, que são fundamentos federativos das constituições do período republicano, em particular da última, vigente, de 1988. A análise do gasto público municipal evidencia, ainda, um descompasso com as dinâmicas socioeconômicas recentes (período 2000-2010), ressaltando as lacunas entre as ações públicas na provisão de bens públicos para reduzir as desigualdades regionais e as demandas e necessidades socioeconômicas regionais e locais.

A concentração reiterada de recursos públicos em locais com mercados mais desenvolvidos e ampliados reforça o padrão de desigualdades sociais e regionais e de superaglomeração populacional e produtiva. O padrão do gasto público tem um comportamento que reflete, ainda, a alocação ou distribuição dos recursos tributários, dos incentivos fiscais e das transferências entre os entes federativos, mas não só isso explica as distorções que privilegiam a concentração de recursos e gastos maiores em pequenas ou grandes cidades.

Em outro sentido, os resultados empíricos mostram que as pequenas cidades apresentam despesas médias comparáveis às de capitais e às de grandes cidades. Esse comportamento sugere deficiências de escala na provisão de bens e serviços públicos naquelas localidades. Esse padrão também revela a dificuldade de compatibilizar a dinâmica socioeconômica local e o aumento da demanda com capacidades governamentais claramente mais limitadas.

As aglomerações médias, dessa maneira, poderiam protagonizar um novo ciclo do federalismo brasileiro, rumo a um desenvolvimento regional e nacional, ocupando-se com tarefas centrais na organização do território, estruturando uma nova lógica da provisão de bens públicos, de maneira mais integrada.

Não apenas mais recursos públicos são necessários, mas, como deve ter ficado claro neste estudo, também saber a forma como a execução das políticas públicas afeta a organização territorial. A estrutura institucional dos diversos arranjos federativos de cooperação e coordenação à disposição do federalismo brasileiro pode servir de instrumento fundamental não apenas para a redução dos custos da provisão de bens e serviços públicos. A criação de condições gerenciais do setor público compatíveis com as necessidades e demandas sociais em regiões específicas seria possível com arranjos federativos integrados, coordenados e cooperativos.

Estudos posteriores procurarão analisar algumas experiências de arranjos federativos (estudos de caso) e seus possíveis efeitos na sua área de atuação para testar os aspectos gerais metodológicos, dos resultados e das proposições tratados neste estudo.

SUMÁRIO EXECUTIVO